

Fernão de Oliveira em diferentes olhares

Ana Cláudia Fernandes Ferreira (UNIVÁS)

O livro *Fernão de Oliveira: um gramático na história* reúne um conjunto de artigos resultantes das apresentações realizadas no “Simpósio Comemorativo Fernão de Oliveira: 500 anos”, promovido pelo Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp em setembro de 2007. Publicado em 2009, o livro contém os trabalhos de vinte e oito participantes do evento que, a partir de perspectivas teóricas específicas, produziram leituras diferentes e diversas sobre a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira.

O primeiro artigo do livro, de Carlos Assunção e Helena Pessoa Santos, faz um percurso histórico pelos estudos gramaticais portugueses contemplando desde as primeiras reflexões da Idade Média, ainda sobre o latim, até as reflexões do Renascimento sobre as línguas nacionais da Europa e dos territórios colonizados, momento em que surge a gramática de Oliveira. Detendo-se mais demoradamente em sua gramática, Assunção e Santos apontam para diversos aspectos nela descritos que aparecem posteriormente como objeto de descrição na linguística românica e na linguística geral. Segundo os autores, isso confere à obra de Oliveira o estatuto de uma reflexão profunda e inovadora sobre a língua portuguesa.

A reflexão histórica do texto que vem a seguir, de Maria Helena de Moura Neves, focaliza a relação entre gramática e teoria da linguagem a partir de um estudo da gramática de Oliveira compreendida como uma *téchne* do século XVI. Tomando o uso como ponto de referência de suas reflexões, Moura Neves aponta para as especificidades que distanciam a gramática de Oliveira de uma *téchne* de moldes originais. Sua análise busca observar o que se pode depreender da concepção do autor sobre a relação entre língua e

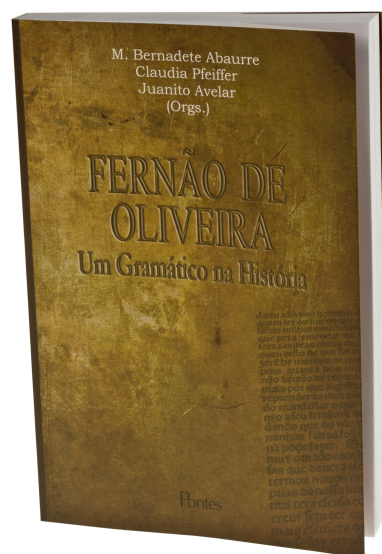


Foto: Chico Ferreira

ABAURRE, M. Bernadete, AVELAR, Juanito, e PFEIFFER, Claudia (Orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009, 359 p

linguagem compreendida como uma relação entre sistema e uso. Ao mesmo tempo, Moura Neves toma algumas reflexões do gramático sobre o uso como mecanismo produtor de formas novas, relacionando-as com trabalhos dos neogramáticos e de Saussure. Indo além, ela observa que a obra de Oliveira é “absolutamente sensível ao que consideramos hoje ‘consagração de usos’, muito distante de um atrelamento àquela postiça e imposta ‘norma prescritiva’ que costuma aparecer, negando a própria essência da linguagem”.

A relação entre gramática e teoria da linguagem é discutida no artigo de José Borges Neto a partir da distinção entre *teoria* e *descrição*. Fundamentando-se nessa distinção, o autor situa a obra de Oliveira como um trabalho original de *gramática descritiva*, mas não de *gramática teórica*. Para Borges Neto, uma gramática teórica é a que cria uma terminologia e estabelece categorias (como as gramáticas gregas), ao passo que uma gramática descritiva descreve uma língua através de uma terminologia e categorias determinadas (como as gramáticas latinas). Tendo em vista essa distinção, o autor considera que, assim como a gramática de João de Barros, a de Fernão de Oliveira mantém essencialmente inalterada a teoria da linguagem desenvolvida a partir da tradição grega. A diferença, segundo ele, está no que considera como sendo os objetivos de uma e outra: a de Barros teria um objetivo pedagógico por se propor a ensinar a gramática latina, fazendo de sua gramática portuguesa um espelho da gramática latina e tomando o latim como superior ao português; e a de Oliveira, por argumentar na direção de uma igualdade entre o português e o latim, mais precisamente, de uma igualdade entre a atitude dos portugueses e latinos em relação à suas línguas, teria um objetivo político.

O trabalho seguinte, de Mário Perini, discute sobre a gramática em relação à teoria da linguagem abordando a questão da descrição e da prescrição. Perini estabelece uma comparação entre a posição de Oliveira em sua gramática com as atitudes dominantes da imprensa, escola e governo a respeito da língua portuguesa no Brasil na atualidade. Para Perini, ainda que o sentimento da língua como símbolo de nacionalidade esteja fortemente presente na gramática de Oliveira e apesar de algumas inconsistências em suas ideias ortográficas no que diz respeito à consideração dos empréstimos e da variação, sua atitude frente aos fatos que descreve é verdadeiramente científica e em muito se difere da atitude prescritivista dominante atualmente.

No espaço das reflexões fonético-fonológicas, o artigo de Maria Bernadete Marques Abaurre procura examinar algumas observações da gramática de Oliveira que poderiam caracterizar-se como preocupações de fonólogos modernos, como suas intuições

sobre a funcionalidade e distinção nos sistemas linguísticos. Dentre as diversas reflexões que a autora realiza sobre as intuições fonológicas de Oliveira, vale destacar a importância que ele atribui à distinção de tensão articulatória (e não de vozeamento) como o traço que distingue os fonemas oclusivos (por exemplo: “*a pronúncia do g é como a do c, com menos força de espírito*”). Abaurre observa a esse respeito que alguns trabalhos de fonologia do português contemporâneo propõem como traço a diferença de tensão e não de vozeamento, com destaque para a proposta de Pontes (1965), que leva em conta o fato de que, em sílabas átonas finais, os fonemas oclusivos perdem o vozeamento, mas mantêm uma distinção de tensão.

O texto que vem a seguir, de Luiz Carlos Cagliari, é dedicado ao estudo da relação entre fonética e ortografia. O autor lembra, de início, que a gramática de Oliveira representa a primeira gramática do português e a primeira descrição fonética (fonológica). Além de considerá-la bastante rigorosa e detalhada quanto aos aspectos articulatórios e auditivos de todos os segmentos da língua, Cagliari observa que seu projeto ortográfico é bastante consistente teoricamente, mesmo que na prática a publicação não tenha seguido à risca as regras que propôs. Relativamente a esse aspecto, o autor chama atenção para algumas variações oriundas da grafia de Oliveira, outras introduzidas pelo tipógrafo-editor, além de outras grafias antigas, enfatizando, porém, que são de limites de variação bem definidos e não de um “caos”. Cagliari destaca, ainda, que o compromisso com a pronúncia das palavras da gramática de Oliveira influenciou a concepção de ortografia de vários autores e possibilitou que ela fosse retomada pela comissão encarregada da reforma ortográfica de Portugal no final do século XIX.

As pesquisas recentes vinculadas ao domínio da fonética se beneficiam do texto de Mário Eduardo Viaro, que examina a terminologia relativa ao estudo dos sons da gramática de Oliveira. Salientando que o alto nível de abstração do conceito de letra nos textos antigos praticamente inexistente nas formulações linguísticas atuais, o autor faz uma investigação sobre as relações entre som, figura e letra da gramática de Oliveira e, ao mesmo tempo, busca distinguir o que seria pertencente a uma tradição daquilo que se constituiria como reflexão original deste gramático. Viaro observa que, quando Oliveira fala de mudança de letra, não se trata apenas de mudança na figura; reflexão que já pode ser encontrada em Nebrija. Em Oliveira, a figura, a voz e a letra são compreendidas como partes indissociáveis da mesma unidade abstrata e, desse modo, uma mudança quer na figura quer na voz acarreta uma mudança na letra. Conforme Viaro, a gramática de Oliveira antecipou muitos pontos da fonética moderna e sua originalidade consiste na

maneira *como* adaptou a antiga terminologia a partir da seleção dos termos adotados e da busca por uma coerência intrínseca à sua gramática, ao mesmo tempo em que observou que muitas afirmações herdadas pelos clássicos não se adaptam à sua língua de descrição, o português.

Voltando-se para os estudos sobre a sílaba e ressaltando que apenas a partir do século XX, eles passaram a ocupar um espaço na teoria linguística, Leda Bisol realiza uma trajetória retrospectiva por esses estudos em diversas gramáticas representativas da língua portuguesa, do século XX até o XVI. No final de seu percurso, a autora chega à gramática de Fernão de Oliveira, com a qual estabelece um diálogo imaginado. Em sua entrevista ao gramático, Bisol discute sobre diversas questões que as teorias atuais colocam sobre a sílaba, tais como: a unidade minimamente necessária de uma sílaba; restrições a respeito dos elementos que podem ocupar a posição inicial e final de sílaba; os recursos de apagamento e epêntese na incorporação de empréstimos; a representação da nasalidade, entre outros, buscando saber como o autor as concebe. A autora conclui que as mais detalhadas e preciosas observações sobre a sílaba encontram-se na gramática de Oliveira.

O texto de Tania Alkmin abre as discussões sobre linguagem e sociedade com uma investigação sobre a noção de ‘boa língua’, definida na gramática de Oliveira pelo uso atual, como a língua dos “melhores” do seu tempo. Ao lado disso, Alkmin reflete sobre a não explicitação da origem social dos “melhores” na gramática do autor. Em relação à língua atual, a autora enfoca as descrições sobre o uso de *dições velhas* (arcaísmos), *dições novas* (neologismos) e *dições atuais*, salientando a recomendação de Oliveira de cuidado, parcimônia e distanciamento no uso das *dições novas* e *velhas*, por estarem fora do tempo atual. Ao mesmo tempo, nota o reconhecimento de Oliveira sobre a presença de palavras de “idades diferentes” que, por seu uso frequente e contínuo, são legitimadas pelo uso atual. Em relação à não explicitação da origem social dos “melhores” falantes, Alkmin observa a indicação de que se trata dos mais letrados, sem que haja um vínculo entre letramento e uma classe social determinada. Diferentemente de outras gramáticas, como a de Nunes de Leão, que se refere aos nobres, ou a de Vaugelas, que se refere à corte, na gramática de Oliveira a referência é genérica. A esse respeito, a autora ressalta que é esse tipo de referência genérica que foi guardado pela tradição descritiva normativa.

O trabalho realizado por Dinah Callou discute o papel que a gramática de Oliveira assume no interior dos estudos linguísticos contemporâneos em geral e das reflexões (sócio)linguísticas em particular. Um dos aspectos por ela destacado são as considerações

sobre diversidade e unidade da língua presentes em todos os capítulos da gramática de Oliveira e que vão aparecer em Schuchard muito tempo depois, formuladas como um princípio geral: “unidade na diversidade” e “diversidade na unidade”. Em seu trabalho, Callou procura mostrar como Oliveira já tem uma ideia bastante nítida da heterogeneidade linguística, considerando que, a despeito das diferenças no tratamento dessas questões hoje, a percepção dos fatos é a mesma. Segundo a autora, isso confere a seus estudos gramaticais um papel pioneiro, com fundamentos que constituem o carro-chefe da sociolinguística.

O texto de Emilio Gozze Pagotto tem como foco de sua pesquisa histórica em sociolinguística a relação entre língua e nação. Em seu trabalho, Pagotto analisa a forma como a história e as relações sociais se manifestam nas gramáticas de Fernão de Oliveira, do século XVI e na do brasileiro Maximino Maciel e sua geração, do final do século XIX. Pagotto nota que apesar de serem gramáticas de épocas diferentes, as condições de produção são, de certo modo, semelhantes. Entretanto, aponta diferenças muito significativas sobre a relação língua/nação e a teorização a respeito desta relação nas obras desses gramáticos. O autor observa, de um lado, que o projeto de nacionalidade portuguesa como império diante de outras nações faz com que Oliveira, a partir do instrumental teórico disponível, consiga romper a filiação latina do português e afirmar uma vinculação completa entre o povo e a língua: “a grandeza da nação está na língua negligenciada, a qual é preciso ouvir para que a nacionalidade se afirme frente às outras nações”. De outro lado, Pagotto nota que, no caso de Maciel e sua geração, o saber metalinguístico independente adquirido da nova doutrina científica constitui-se num instrumental teórico para a negação do português do Brasil. E que a relação entre língua e nação nas gramáticas dos autores passa pela interpelação do brasileiro por uma língua que não é sua.

Já o trabalho de Eunice Nicolau toma como tema a relação entre língua e sociedade na gramática de Oliveira, tendo em conta a influência do contexto histórico-social. Para isso, Nicolau parte de um histórico sobre a formação de Portugal até a sua constituição em Estado/Nação, momento em que é produzida a gramática de Oliveira. A autora relaciona a concepção de língua de Oliveira como “um fato humano e, portanto, social” sob a perspectiva Sociolinguística Variacionista, ao mesmo tempo em que faz uma ressalva quanto aos juízos de valor do gramático, advertindo que eles são cabalmente refutados por essa corrente linguística. Nicolau considera, ao final, que a consciência de uma nacionalidade portuguesa em Oliveira assume crucial relevância na interpretação da

postura do autor; ela seria explicada por seu objetivo de propor uma norma para o português e passar, para a escrita, um sistema linguístico que caracterize uma nova nação.

Contribuindo para os trabalhos de linguística descritiva e linguística histórica, o artigo de Maria Antonieta Cohen apresenta um estudo comparativo entre a gramática de Fernão de Oliveira, considerada como descritivista e a de Duarte Nunes de Leão, considerada, em certo sentido, como diacrônica e histórica. Atentando para a necessidade de reflexão sobre o anacronismo das intrusões do presente sobre o passado, Cohen busca refletir sobre o valor de algumas hipóteses apresentadas por esses gramáticos que, segundo considera, hoje não nos atreveríamos a propor. A autora nota, por exemplo, em relação à diacronia *lato sensu* de Oliveira, uma concepção de língua como um objeto naturalmente variável e mutável que, conforme diz, é bastante diferente do “engessamento sincronista dos estruturalismos”. Outro exemplo destacado em Oliveira é a consideração do empréstimo como consequência natural do contato entre culturas diferentes e não como uma corrupção, como em Leão. Cohen mostra, com isso, que muitas reflexões históricas da gramática descritiva de Oliveira até ultrapassam as reflexões da gramática histórica de Leão.

Na área das pesquisas de linguística histórica e de literatura, o texto de Thiago César Viana Lopes Saltarelli focaliza a relação entre língua e poder nos embates linguísticos entre Portugal e Espanha presentes nas gramáticas dos séculos XVI e XVII. De início, Saltarelli contempla a complexidade do fenômeno do bilinguismo na região ibérica ao lado da tradição literária e cultural comum partilhada pelos diversos reinos ibéricos medievais. A partir disso, retomando Maria Clara Paixão de Souza, considera um momento inicial de espelhamento de dialetos que gradualmente se transforma em rivalidade entre línguas literárias e depois em efetiva diglossia. Para o autor, nesse contexto de diglossia, a consciência do poder da língua na representatividade do Estado e na colonização de outros povos gerou nos gramáticos, incluindo aí Oliveira, uma série de apologias às suas respectivas línguas vernaculares. Segundo Saltarelli, a permanência do português como língua escrita, ainda que de menor prestígio, pode ser explicada pela publicação de gramáticas e de outras obras impressas, de maior difusão, em língua portuguesa, ainda no século XVI e, sobretudo, pela riqueza literária quinhentista em português.

No domínio dos estudos da sintaxe, o trabalho de Charlotte Galves busca compreender o que seria o *bom costume* no nível da própria sintaxe de Oliveira em sua gramática. Para realizar esse trabalho, Galves avalia o peso dos arcaísmos na obra do autor,

comparando-a com obras de autores contemporâneos, além de trazer estudos recentes sobre o português clássico, período no qual Oliveira é situado. As análises de Galves levam-na a confirmar que a língua escrita por Oliveira em sua gramática é claramente representativa desse período (tendo ainda vestígios da gramática antiga), com recursos variados na ordenação dos constituintes e na sintaxe pronominal, usados a contento para maior inteligibilidade da obra. Ao mesmo tempo, suas análises possibilitaram a elaboração de uma hipótese sobre determinados traços arcaizantes encontrados na gramática de Oliveira e ausentes em outros autores do seu tempo. Segundo Galves, mais do que uma preocupação em seguir padrões antigos (o *bom costume*), alguns desses traços arcaizantes derivariam do próprio dialeto do autor.

Também no domínio dos estudos sintáticos, o texto de Maria Eugenia Lamoglia Duarte, olha para as próprias concepções sobre sintaxe de Oliveira, não apenas no último capítulo, que apresenta a sintaxe rapidamente, mas examinando também outras partes da obra do autor. Duarte destaca que o último capítulo da obra de Oliveira apenas anuncia que vai tratar do “concerto que têm as partes da oração h~uas com outras”, notando que, no penúltimo, a obra anunciada observaria a relação entre a ordem dos constituintes e os diferentes ofícios das palavras, além de tratar de questões sobre regência e concordância. Percorrendo outros capítulos, a autora encontra reflexões sobre o tratamento do papel semântico, a função sintática e a ordem dos constituintes. No capítulo que trata dos artigos, Duarte ressalta que as observações de Oliveira sobre a autonomia do artigo se perderam na tradição gramatical, mas retornam hoje aos estudos linguísticos em propostas recentes no âmbito da teoria gerativa.

Dando início às considerações morfossintáticas, está o estudo de Sônia Bastos Borba Costa. A autora destaca os pontos da gramática de Fernão de Oliveira que apresentam registros de usos das formas adverbiais espaciais e temporais da época, os quais, considera, são importantes para a marcação temporal de fases do devir da língua portuguesa. Seu trabalho busca indicar na gramática do autor características do chamado português clássico, que se inicia àquela época, ao lado da distinção entre o português moderno e o arcaico. Isso é feito a partir de um levantamento e uma classificação das formas adverbiais espaciais e temporais presentes na gramática de Oliveira e das próprias reflexões do autor sobre dições velhas e novas (arcaísmos e neologismos). Ao final de seu empreendimento, Costa traz “uma provocação”, perguntando se a modernidade está influenciando nosso modo de ver o tempo e espaço a ponto de afetar as expressões

linguísticas e fazer surgir novas noções e novas palavras ou de estender palavras velhas para sentidos novos.

O artigo seguinte, de Soélis T. do Prado Mendes, trata dos nomes. Seu objetivo é discutir, mais especificamente, como as regras para a formação do plural dos nomes terminados em *-ão* são previstas nas gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros. Em sua comparação entre uma e outra, Mendes conclui que a gramática de Oliveira é digna de nota, ainda que o gramático focalize apenas uma parte do processo de evolução da língua e não pontue a origem latina dos ditongos. Ao lado disso, a autora nota que, embora a gramática de Barros tivesse um caráter mais pedagógico do que a de Oliveira, este é mais pedagógico no que se refere ao *-ão*: enquanto Barros se limita a mostrar como deveria a ortografia dos plurais terminados em “am” e a criticar o uso da forma *-ão* pelo galego, Oliveira “descreve (ou será que prescreve?) algumas regras para uso de uma ou outra terminação, além de deixar claro ao leitor que a variação morfofonêmica possui uma explicação na evolução da língua”.

O estudo dos verbos fica a cargo de Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. A autora busca observar o funcionamento dos verbos irregulares na gramática de Oliveira com o propósito de verificar se o texto do autor reflete o período de transição entre o português arcaico e o clássico, no qual se inclui o século XVI. A partir de uma abordagem contrastiva, a autora estabelece um confronto entre as gramáticas de Fernão Oliveira, João de Barros e as cartas de D. João III. Como resultado de suas análises, a autora conclui, por exemplo, que não há distinção significativa entre as escritas de Oliveira e Barros, bem como de ambos em relação às cartas de D. João III. E observa por fim que, na gramática de Oliveira, considerada como representativa do século XVI, há uma presença de formas dialetais como, por exemplo, a variação *diz- ~dez* para o verbo *dizer*, além do lexema arcaizante *dix-*.

A reflexão sobre os pronomes é representada pelo trabalho de Silvia Regina de Oliveira Cavalcante. A autora aborda o caso das construções ditas passivas analíticas ou impessoais do pronome *se* a partir de um estudo comparativo das análises dos gramáticos dos séculos XVI e XIX sobre essas construções com o seu uso efetivo em textos de autores portugueses nascidos entre esses séculos. Tendo em vista que o *se-indeterminador*, atestado no português a partir do século XVI, não é considerado pelas gramáticas tradicionais, Cavalcante elabora sua questão: até que ponto a mudança linguística é contemplada nas gramáticas? Seu estudo permite mostrar que, direta ou indiretamente, as

gramáticas tradicionais contemplam as construções inovadoras, aludindo à mudança de *se-passivo* para *se-indeterminador* em língua portuguesa nas construções com verbos transitivos diretos. A autora conclui, dessa maneira, que a consideração da concordância como o único fator decisivo para uma construção de *se-passivo* se torna insuficiente “para invalidar as construções sem concordância, que já estão na língua há pelo menos 500 anos”.

Finalizando a parte dedicada aos estudos de morfossintaxe, o artigo de Margarida Basílio analisa as proposições de Oliveira sobre o conceito de constituição da palavra. Em sua análise, autora busca avaliar em que medida fatores como a época em que o trabalho de Oliveira foi escrito, seus objetivos e precedentes, bem como os modelos de descrição gramatical aos quais se filia o autor interferem em suas propostas. Ao lado disso, Basílio discute sobre a controvérsia em torno do caráter da prefixação no português brasileiro em gramáticas mais recentes e observa que a consideração da autonomia de recorrência como critério para as formas prefixadas em português, presentes tanto em Said Ali como em Cunha e Cintra, contrapõem-se à posição de Oliveira, ao passo que a consideração das formas prefixadas como compostas, presente em Mattoso Câmara, se alinha às propostas do gramático quinhentista.

O artigo que vem a seguir, de Marli Quadros Leite, procura confrontar as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros em busca de pontos que mostrem marcas do contato de Barros com o texto de Oliveira. A autora realiza seu trabalho tendo em conta partes do texto de Barros que parecem contestar a teoria de Oliveira, além de outras partes em que se pode reconhecer, através de determinadas marcas linguísticas, uma confluência dos discursos de ambos. Diante do trabalho realizado e a partir de aspectos levantados em outro trabalho, a autora conclui que é possível dizer que João de Barros conheceu a gramática de Fernão de Oliveira.

Considerando a história a partir de uma perspectiva discursiva que leva em conta sua materialidade em relação à língua, o texto de Eni Orlandi toma a afirmação de Oliveira – *porque é das cousas que nascem as palavras, e não das palavras, as cousas* – como a que organiza a relação pensamento/palavra/mundo em sua gramática. A autora procura refletir como, na obra do autor, estão implicadas teorizações difusas que (se) configuram (n)essa relação e que depois, de forma não simétrica, foram ganhando corpo, se distinguindo e construindo outras teorias, métodos e objetos. Em outras palavras, como vão-se constituindo filiações, tendo em vista que “o passado muda porque resulta de nossa

imaginação presente” (Wallerstein). Um aspecto interessante apontado pela autora na gramática de Oliveira, relativamente a uma filiação discursiva sobre a posição do gramático a respeito das *cousas* e das *palavras* é a consideração de diferenças entre gentes, estados e ofícios (o velho e o mancebo, os religiosos, os cortesãos, etc.). Segundo Orlandi, isso indica que Oliveira era sensível às diferentes “condições de produção” e que reconhecia a materialidade do mundo ao procurar mostrar a materialidade da língua, pressentindo a materialidade da história.

Na mesma linha de investigação discursiva está o trabalho de José Horta Nunes. O autor localiza Fernão de Oliveira junto a outros autores do século XVI (Antonio de Nebrija, João de Barros, Pero de Magalhães de Gândavo, José de Anchieta) com o objetivo de compreender diferentes modos de se trabalhar a “letra”, através de combinações da tríade nome/forma/som, associados ao contexto da formação dos estados nacionais, das práticas educacionais e de divulgação, da colonização e do estabelecimento da imprensa desse período. Seu trabalho permite observar que a atualização, no século XVI, do enunciado *devemos escrever como pronunciamos*, se inscreve mais fortemente em Oliveira e ressoa de diferentes formas em outros autores. Diferentemente de Nebrija, em Oliveira produz-se um gesto de autoria através da ruptura em relação ao modelo latino, que desloca o modo de conceituar a letra e constituir o alfabeto. No entanto, observa Nunes, uma vez estabelecida a língua nacional portuguesa e efetuada esta “ruptura”, ocorre progressivamente um retorno aos modelos latinos nos outros autores.

Fechando as reflexões em análise de discurso, a contribuição de Carolina Padilha Fedatto propõe mostrar como se configura a noção de pertencimento (de língua/povo/nação) na gramática de Oliveira, tendo em vista a conjuntura em que se insere o nome deste autor e suas obras. Ou seja, considerando o processo de constituição dos Estados nacionais, das conquistas de novos territórios e da gramatização das línguas do mundo. As análises de Fedatto sobre a gramática de Oliveira tomam como espaço de observação a tensão unidade-multiplicidade das marcas de primeira pessoa do plural, a partir da qual, escreve, é possível observar uma divisão mais ou menos precisa entre o *nós* e os *outros*. Em suas análises, a autora enumera vários dos muitos “nós” da gramática de Oliveira, observando que esse “nós” se constrói em relação a um “eu” oscilante entre Fernão de Oliveira e o Estado Português. Fedatto nota que a tomada dessa posição nacional instaura um espaço estrangeiro de relação com a língua: o “eles”, que é preenchido/dividido em nomes (de países colonizadores e colonizados, de povos com suas línguas de cultura) significados desigualmente. Refletindo sobre a relação Portugal –

língua portuguesa e Brasil – língua portuguesa, a autora observa aí uma decalagem que “desestabiliza os referentes de nós e eles, forjando um espaço contraditoriamente simultâneo entre essas duas mesmas (já diversas) línguas”.

O domínio de reflexões sobre os estudos clássicos – no qual, vale lembrar, se inclui o texto de Moura Neves – é contemplado com mais dois trabalhos ao final desta obra. O primeiro deles é o artigo de Marcos A. Pereira, que faz uma análise da gramática de Oliveira e do *Institutio* de Quintiliano, com o objetivo de contribuir para a compreensão de algumas afirmações do gramático quinhentista que remetem à Quintiliano, notadamente em sua posição sobre o uso linguístico. Lembrando que as obras desses autores têm objetivos distintos e que Oliveira foge ao esquema de subordinação do português ao latim, além de evitar vincular seu pensamento ao da antiga retórica, Pereira observa, no entanto, que seus discursos se cruzam através de uma forte vinculação à mesma Antiguidade, sobretudo à Quintiliano – antigo mestre de retórica; vinculação presente, por exemplo, na própria definição de gramática de Oliveira, bem como em sua concepção de ortografia e de uso linguístico.

Também no âmbito das reflexões sobre a antiguidade clássica, o texto de Eliana Amarante de Mendonça Mendes discute alguns aspectos da gramática de Oliveira a partir dos quais reconhece uma considerável influência da retórica, com traços conservadores vinculados à tradição clássica greco-romana. Mendes salienta que, embora Oliveira pouco incorpore as vozes da retórica, seus princípios basilares herdados da Idade Média não foram por ele abandonados, tendo como fonte mais provável o *Institutio* de Quintiliano. Segundo observa Mendes, o largo uso que Oliveira faz das palavras ensinar/aprender e derivados, os quais remetem ao ensino, são interesse da retórica e, desse modo, sua gramática descritiva também possui características de uma gramática pedagógica. Ao lado disso, a autora localiza no texto do gramático outros elementos da retórica, tais como a exemplaridade de autores, a exemplaridade da linguagem e a *imitatio*, finalizando com a observação de que o próprio texto de Oliveira em sua gramática segue preceitos da retórica através da estrutura oracional e argumentativa retórica.

O último artigo da coletânea, em historiografia da linguística, é elaborado por Maria Mercedes Saraiva Hackerott, Nancy Casagrande, e Neusa Barbosa Bastos. As autoras se propõem a analisar as citações diretas realizadas por Oliveira em sua gramática, buscando verificar em que medida ele acata ou se afasta da tradição gramatical que o antecedeu. Suas análises envolvem uma apresentação das informações remissivas, uma

quantificação e distribuição das citações diretas e uma reflexão sobre as finalidades das citações de Oliveira. As autoras observam que uma das finalidades é a fundamentação teórica de sua descrição da linguagem portuguesa e a outra, decorrente desta, é a exemplificação dessa linguagem com dados da língua. A realização desse empreendimento levou as autoras a apontar, localizar e discutir as diversas fontes encontradas na gramática de Oliveira, notadamente a forte influência da tradição gramatical latina, com ênfase para as obras *De lingua latina* de Varrão e *Instituto Oratoria* de Quintiliano.

Conforme os organizadores, esta obra, resultante do Simpósio realizado em 2007, traz uma contribuição para a reflexão dos percursos não lineares, tampouco cumulativos, da história dos estudos da linguagem. Isso se deve ao modo como foi projetado o evento que, conforme observam na apresentação, buscou evitar uma posição anacrônica sobre a leitura desse gramático do século XVI.

De fato, ao percorrermos as importantes contribuições aqui reunidas em forma de artigos, podemos notar que a gramática de Oliveira é estudada de diferentes perspectivas teóricas e a partir de temas diversos, mas nem por isso o conjunto desses trabalhos se extingue numa completude.

Ao lado disso, podemos observar o cuidado dos autores com a questão do anacronismo, que se manifesta em seus textos com maior ou menor intensidade e de maneiras distintas, incluindo, até, o reconhecimento de que o anacronismo, de certo modo, é inevitável. Tão inevitável quanto o reconhecimento de que vários aspectos das reflexões de Oliveira são posteriormente tratados pelas pesquisas linguísticas atuais.

Nesse aspecto, vale lembrar a advertência de José Borges Neto de que “o teórico vai buscar na realidade (vai ver na realidade) os objetos que sua teoria diz existirem lá”, ou o que diz Emilio Gozze Pagotto anunciando que vai cometer o pecado do churrasqueiro egoísta e trazer a brasa para a sua picanha. Vale lembrar também, a posição de Maria Antonieta Cohen a respeito da necessidade de reflexão sobre o anacronismo das intrusões do presente sobre o passado e a observação de Eni Orlandi ao relacionar a constituição das filiações (de sentido, teóricas) com a afirmação de Wallerstein de que “o passado muda porque resulta de nossa imaginação presente”.

Vemos aí autores de posições teóricas distintas que buscam refletir sobre o próprio lugar de analista diante de seu material de análise. E justamente por estarem em posições teóricas distintas, a maneira como suas reflexões se constroem, a maneira como eles se colocam nessa história, nas histórias que contam, não é a mesma. Contradição constitutiva

da língua, da história, da ciência. Fazendo com que o saber jamais complete, mas nos ofereça, simplesmente, diferentes perspectivas e, além disso, a possibilidade de refletir sobre elas.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira é Doutora em Linguística pela Unicamp na área de História das Ideias Linguísticas – HIL. Atualmente é Professora do Mestrado em Ciências da Linguagem e Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Linguagem da Univás. Tem trabalhado na área de HIL sobre as relações entre as instituições, os saberes e o Estado no processo de constituição/designação de teorias e disciplinas linguísticas. Ao lado disso, vem desenvolvendo pesquisas em Análise de Discurso sobre as relações entre ciência, mídia e tecnologias da linguagem. (anaclau@ymail.com)